



3º Encontro Internacional de Política Social 10º Encontro Nacional de Política Social

**Tema: “Capitalismo contemporâneo: tendências e desafios
da política social”**

Vitória (ES, Brasil), 22 a 25 de junho de 2015

Eixo: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional.

Educação e serviço social: tendências, contradições e perspectivas da formação profissional no brasil contemporâneo

Evelyne Medeiros Pereira¹

Resumo

A conjuntura brasileira vem conformando no âmbito da educação superior um verdadeiro pêndulo entre acesso e precarização que incide de forma particular e contundente sobre a formação profissional em Serviço Social. O presente artigo tem como propósito apresentar uma análise sobre essa realidade, atentando para as principais tendências, contradições e perspectivas que configuram as transformações contemporâneas, o contexto da educação superior e a trajetória da formação em Serviço Social no Brasil, estabelecendo um diálogo com as particularidades do estado do Ceará.

Palavras-chave: Educação. Formação Profissional. Serviço Social.

Abstract

The Brazilian situation are conforming in higher education a real pendulum between access and insecurity that focuses in particular and forcefully on vocational training in Social Work. This article aims to present an analysis of this reality, noting key trends, contradictions and perspectives that shape the contemporary transformations, the context of higher education and career training in Social Work in Brazil, establishing a dialogue with the particularities the state of Ceará.

Keywords: Education. Vocational Training. Social Service.

Introdução

O Serviço Social como profissão apresenta particularidades históricas na realidade brasileira que viabilizaram avanços do ponto de vista da sua legitimidade, do seu projeto e estatuto profissional, frente ao compromisso com a teoria social crítica e com os interesses da classe trabalhadora. Esse caminho, porém, foi e continua sendo atravessado por tensionamentos que sinalizam a constante ameaça do

¹Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) e Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

(neo)conservadorismo, sendo a imagem de mera executora das políticas sociais sob uma prática assistencialista, pretensamente neutra, uma de suas expressões.

Vale destacar que a emergência e institucionalização da profissão ocorre no contexto de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, em sua fase monopolista, como especialização do trabalho coletivo, sob a insígnia da *modernização* e do *desenvolvimento*. Momento em que um conjunto de fatores vão contribuir para reconfiguração das classes e de suas organizações no Brasil. A *questão social*, enquanto um conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura (IAMAMOTO, 2004), publiciza-se. O Estado passa a demandar um corpo técnico especializado para trabalhar sob essas expressões com forte cariz de controle e ajustamento. Assim, as primeiras escolas de Serviço Social são influenciadas pelo pensamento social da Igreja católica europeia, pelas bases doutrinárias do apostolado laico e pelo *tecnicismo* sob base funcionalista/sistêmica (YAZBEK, 2009).

Na mesma direção, no estado do Ceará, a origem da Escola de Serviço Social deu-se vinculada ao Instituto Social de Fortaleza, administrado pela Congregação da Sociedade das Filhas do Coração de Maria, sendo posteriormente agregada a Universidade Federal do Ceará (UFC) e, em 1975, incorporada pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), sendo demandada a partir de um contexto histórico que recompõe fortemente as disparidades regionais no Brasil. A região Nordeste, particularmente o Ceará, passa a expressar com maior visibilidade o fenômeno climático da seca como um “fenômeno social complexo” que o Estado brasileiro não poderá mais ignorar. Ao mesmo tempo em que os centros urbanos se deparavam com os “flagelados da seca”, com o estabelecimento de indústrias e a intensa exploração do trabalho, surgiam os movimentos de carestia e a resposta estatal através, dentre outros mecanismos, do chamado “planejamento regional”².

A partir da década de 1960, sob influência do chamado *Movimento de Reconceituação* na América Latina (NETTO, 2011), o Serviço Social no país passou a viver a sua *renovação*. Sob tais circunstâncias a profissão conseguiu avançar na construção de novos referenciais e bases para a conformação de um projeto profissional “alternativo” ao conservador. Isso também fruto do processo histórico e das mudanças

² Dentre as instituições criadas para tal finalidade, podemos citar as seguintes: Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, Banco do Nordeste e Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

ocorridas na sociedade brasileira especialmente na década de 1980, marcada pela crise da “autocracia burguesa” (FERNANDES, 2006), solo fértil para que o Serviço Social no país começasse uma importante trajetória que viabilizaria a construção da *direção social estratégica* da profissão e a consolidação do Projeto Ético-Político profissional, comprometido com os valores radicalmente democráticos, orientado pela perspectiva da teoria social crítica, revelando novas demandas e competências para a profissão com seu reconhecimento também no âmbito acadêmico.

Chamamos a atenção para a relevância durante toda a trajetória da profissão do debate sobre Educação, Serviço Social e Formação Profissional, basta observar o acervo bibliográfico produzido nos anos mais recentes. Sobre isso, sinalizamos a importância das revisões curriculares e a aprovação das Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (1996), mesmo sob um contexto mundial e nacional bastante adverso caracterizado pelo neoliberalismo, demandando novas competências e condições de trabalho para os assistentes sociais.

É certo que a profissão vem enfrentando desafios e dilemas que se renovam continuamente. Isto de forma particular no atual período de ascensão de um “projeto de desenvolvimento” no país que, no âmbito da educação superior, é atravessado pelo pêndulo entre acesso e precarização. Tal circunstância nos diz que o caminho entre a renovação e o conservadorismo, os avanços e as continuidades, continua vivo e cada vez mais presente.

1 Educação superior na realidade brasileira hoje

O processo de constituição da educação pública como um direito foi e ainda é atravessado por conflitos de classes pautados, de um lado, pela reconstrução de estratégias de segregação e, mais recentemente, de privatização e mercantilização; e de outro, pela possibilidade de democratização efetiva da educação pública brasileira, tão presente nas lutas de estudantes e trabalhadores da educação. É sob essa tensão que, especialmente a partir dos anos 1990, a educação vira uma peça importante do circuito neoliberal em meio a um processo de *contrarreforma do Estado* (BEHRING, 2008).

No âmbito da educação superior, observamos uma tendência, chancelada pela nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB), em descaracterizar as instituições universitárias mediante uma suposta “diversificação de modelos” que “respalda a abertura indiscriminada de faculdades e cursos guiados (...) pelos assim chamados interesses de

mercado, no espírito das 'universidades corporativas' (...). Nesse contexto, o educador, como tal, é ofuscado, cedendo lugar ao treinador” (SAVIANI, 2008, p.440-441). A reestruturação produtiva, além de afetar decisivamente as formas de organização econômica do trabalho, interfere fortemente no processo político e ideológico dos trabalhadores, reforçando a importância da educação pela exigência da flexibilidade e do “preparo polivalente (...) marca distintiva da teoria do capital humano” (Idem, p.429). Assim, a intensa expansão privada e aligeirada, a precarização e o sucateamento do ensino público, sendo condicionado ao “produtivismo acadêmico” e a parceria público-privada, além das dificuldades relativas a garantia do tripé ensino, pesquisa e extensão e a política de assistência estudantil, são aspectos que constituem a realidade da educação pública superior.

A introdução da EaD se configura como uma falsa ideia de democratização da educação superior sob a aparência de uma política de educação “inclusiva” que garante, de forma mínima, o acesso de uma parcela pauperizada de países periféricos ao ensino superior. Dahmer Pereira (2008) destaca que nesta modalidade o professor transforma-se em “tutor”, impossibilitando a relação professor-aluno e discussões relevantes no processo formativo, além de impedir ao estudante desenvolver experiências acadêmicas e políticas suscitando maior criticidade e ampliação da sua “concepção de mundo”. Prevalece, assim, um modelo pautado na *pedagogia das competências* e do *neotecnicismo*(SAVIANI, 2008).

Em meio a expansão internacional da especulação e do capital financeiro, tencionando uma política monetária e cambial conservadora caracterizada pelas altas taxas de juros em prol de um “controle inflacionário” e pela priorização do *superávit primário*, nos anos 2000, especialmente a partir de 2003, houve uma retomada do papel do Estado em impulsionar o crescimento econômico no país.

Algumas iniciativas no âmbito das políticas sociais, com viés mais focalizado e compensatório, de transferência de renda, ganharam bastante notoriedade na última década, ocasionando desdobramentos, a exemplo do alargamento da capacidade de consumo de segmentos mais subalternizados da sociedade, através do crédito. Sobre isso, vale destacar que o Programa Bolsa Família, “com cobertura nacional de 1,15 milhão de famílias em outubro de 2003, atingiu 12,37 milhões em dezembro de 2009” (POCHAMANN, 2013). Esse processo foi acompanhado por outras medidas como a implementação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e do Sistema Único

da Assistência Social (SUAS), desde 2004. Fato este que contribuiu decisivamente para a ampliação dos cursos superiores de Serviço Social e dos desafios que a profissão passa a enfrentar nos últimos anos.

O fortalecimento do Mercado Comum do Sul (Mercosul), a inserção do Brasil na Comunidade dos Estados Latinoamericanos (CELAC) e na União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), além da participação direta do Brasil junto a algumas nações da Ásia, Europa Oriental e África em iniciativas econômicas e políticas, vem sinalizado o papel que o Brasil tem assumido nas relações internacionais, sobretudo, na oferta de *commodities*, o que levou à “reprimarização da pauta de exportações” (POCHAMANN, 2013, p.153).

Não estamos falando, portanto, de uma reedição da política desenvolvimentista que ocorreu no Brasil entre 1930 a 1980. Isso tendo em vista que esse quadro geral existe sob a hegemonia neoliberal em um país de economia dependente. Sobre isso, alguns autores³, sob ponto de vistas distintos e muitas vezes polêmicos, vêm se empenhando em melhor caracterizar essa realidade que, também por ser recente, apresenta muitas questões que demandam maior aprofundamento.

Por hora, partimos do entendimento de que a atual conjuntura brasileira é marcada por uma ampla, frouxa e heterodoxa “composição de classes”, caracterizada por Boito Jr (2012) como “frente neodesenvolvimentista”, dirigida por setores da burguesia, muito embora seja policlassista, atraindo passivamente segmentos mais precarizados no mundo do trabalho pelo poder de consumo e políticas de transferência de renda. Sobre tal conjuntura, destacamos o papel do *agronegócio* e dos grandes projetos subsidiados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que, nos últimos anos, disponibilizou por volta de um terço do total dos recursos “para somente dez grandes grupos econômicos privados em processo de concentração e fusão” (POCHMANN, 2013, p.152). Enquanto isso, no predomínio da “arte do possível”, as reformas estruturais continuam sem avanço, o que demonstra, para Stédile (2014), os limites do atual projeto de desenvolvimento no Brasil⁴.

Nesse sentido, a acentuada atenção dada às ações de “distribuição de renda” em que pesa o caráter compensatório e focalizado, promovendo uma espécie de “assistencialização” das políticas sociais (MOTA, 2012), na verdade, não vem

³ Tais como: Castelo (2013), Gonçalves (2012), Singer (2012), Boito Jr (2012) e Pochamann (2014).

⁴ Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/15988>>. Acesso em: 20 abr. 2014.

correspondendo a redução da concentração de renda e da extensa distância entre ricos e pobres no país. A respeito disso, o Brasil ainda assume 79ª posição no ranking de países reconhecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), mesmo sendo a 6ª economia mundial (PNUD, 2013).

Esse processo também vem sendo acompanhado pelo congelamento salarial de setores médios de trabalhadores, além do escasso investimento em políticas mais estruturantes. Além disso, a própria recomposição da classe trabalhadora e a inserção de jovens, na maioria das vezes de forma precarizada, no mundo do trabalho e na educação superior, somada a precarização de serviços públicos, como de transporte coletivo e educação, e a conturbada vida urbana nos grandes centros, tem ensejando um conjunto de greves⁵, mobilizações e protestos. Fato este que expressa a intensificação das contradições da “frente neodesenvolvimentista” e até mesmo o seu esgotamento diante da tendência a estagnação do crescimento econômico.

Tal conjuntura impõe desafios cada vez maiores as classes subalternizadas diante dos fatos mais recentes na realidade brasileira, publicizados especialmente no processo eleitoral, que expressam, por um lado, uma verdadeira “onda neoconservadora” protagonizada pelos setores mais reacionários da sociedade; por outro, a atual fragilidade dos segmentos populares e de esquerda na política do país arrebatados pela fragmentação e pela “crise de representação” que também assola seus partidos e movimentos sociais.

Na educação superior, a partir do “balanço do quadro geral” feito por Gentili e Oliveira (2013), a considerável ampliação das matrículas no ensino público e, especialmente, privado⁶ a partir dos programas Universidade para Todos (Prouni) e o de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni); a consolidação e ampliação do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES); a implantação das cotas sociais e raciais nas Instituições de Ensino Superior (IES) federais; a consolidação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) em substituição do

⁵É possível constatar a tendência de aumento do número de greves desde 2008, gerando no país a marca de 873 em 2012, o que significa o maior número de greves desde 1997 (DIEESE, 2013).

⁶No sistema público ocorreu um aumento de 89,4% das vagas. Já a proporção para a rede privada foi de 115,4% (INEP/MEC, 2010). Porém, “enquanto o número de vagas ofertadas pelas universidades federais cresceu 111% entre 2003 e 2011, a quantidade de novos professores cresceu apenas 44% até 2012 (...)”. Disponível em: <portal.andes.org.br/imprensa/documentos/imp-doc-1904651914.pdf>. Acesso em: 12.05.2013.

vestibular; além da grande abertura de cursos de graduação à distância; configuram a tônica das ações estatais.

Nesse contexto, é importante fazer referência as estratégias empreendidas hoje no âmbito da educação brasileira por diversos grupos empresariais. Como exemplo, podemos citar o “Movimento Todos pela Educação” que nasce em 2006 a partir da articulação de um conjunto de organizações e corporações⁷ com o intuito de incidir sobre as diretrizes das políticas educacionais. Além disso, temos o processo de “oligopolização do ensino” conduzido, em suma, por instituições financeiras, a exemplo o grupo Kroton, protagonista da maior operação ocorrida na recente onda de fusões, concentrando mais de 1,2 milhão de matrículas, o que impõe uma ideologia e um funcionamento empresarial pautado na redução de custos, formação em escala, racionalização administrativa, troca de aulas presenciais por módulos à distância, adoção de material didático próprio, etc., com respaldo legislativo e parlamentar, barrando medidas de controle e regulação. Sobre isso, questiona-se, por exemplo, a aprovação do novo Plano Nacional de Educação (PNE) que prevê 10% do PIB para a educação, mas não define que seja pública⁸.

Ainda sobre a expansão da educação superior, outro aspecto deve ser ressaltado: a instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica junto a criação e ampliação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs)⁹ que passam, a partir de 2008, a ser equiparados as universidades no quesito da autonomia institucional e da necessária articulação entre ensino, pesquisa e extensão, embora com ênfase na formação tecnológica (BRASIL, 2008).

Segundo Primi (2014), mediante a opiniões divergentes, contraditoriamente o atual quadro da educação superior no país também é caracterizado por iniciativas como o Programa Ciências sem Fronteiras (hoje com cerca de 100 mil bolsas de estudos

⁷Disponível em:<<http://www.todospelaeducacao.org.br/institucional/quem-esta-conosco/>>. Acesso em: 21.03.2014.

⁸A conformação dessas “estratégias empresariais” certamente possuem completa sintonia com o conjunto analítico que nos propõe Gramsci (2007), em especial no debate em torno dos “aparelhos privados de hegemonia”, da relação “Estado e Sociedade civil” e da concepção de “Estado Ampliado ou Integral”.

⁹Observa-se que de 2002 a 2010, foram criados 214 campi em 201 novos municípios, antes não atendidos, totalizando 354 campi, sendo previstos 562 campi em 512 municípios, ou seja, 241 campi a mais que o previsto para as Universidades até o final de 2014 (MEC, 2013).

sendo implementadas), ações afirmativas como a Lei de Cotas¹⁰, o aumento do investimento em pesquisa e inovação¹¹ e novas estratégias de avaliação do ensino, sendo a estimativa do novo PNE de titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores.

Diante desse contexto, houve uma relativa reconfiguração do perfil de estudante, mesmo que persista um *déficit* histórico, longe de ser correspondido pelas atuais iniciativas na política educacional¹². Além disso, mesmo sob circunstâncias adversas, possibilitar a vivência político-cultural universitária a uma camada da população que antes não tinha acesso à educação superior é, sem dúvidas, um fator ímpar que, inclusive, poderá influenciar, a partir de suas insatisfações, no alcance de maiores conquistas no campo da educação pública aos trabalhadores. Isso tendo em vista que, em muitos casos, se trata da primeira geração familiar a ter acesso à formação superior. Essa relação também pode ser feita do ponto de vista dos trabalhadores da educação, dos novos servidores públicos, que se deparam com a estabilidade, tão sonhada, mas em circunstâncias geralmente precárias, demandando novos mecanismos de organização sindical e luta política.

A chegada de instituições públicas de ensino superior, uma realidade ainda recente em muitas localidades, é, também, um fator que merece atenção, especialmente diante da histórica desigualdade regional que caracteriza o país. Isso tendo em vista que, mesmo com dificuldades em termos de infraestrutura e qualidade em geral, a interiorização dessas instituições é acompanhada por um processo mais amplo, com repercussões econômicas, políticas e culturais que caracterizam a formação das “cidades médias”, influenciando na reorganização territorial dos serviços e dos fluxos

¹⁰ Para muitos analistas, a implementação das cotas sociais e raciais tem sido uma iniciativa que permitiu um maior ingresso de negros em IES no país. Desde 2004, o número passou de 1,8% para 8,8% de negros que cursam ou concluíram um curso superior no Brasil (MODELLI, 2014, p.22).

¹¹ “No CNPq, o total gasto com o pagamento de bolsas no Brasil e no Exterior em 2013, por exemplo, ultrapassou R\$ 2,18 bilhões, mais de 3 vezes o que investiu dez anos antes, em 2003 (...) A Capes também aumentou os seus gastos em auxílio à pesquisa e fomento, de R\$ 491 mil em 2003 para R\$ 2,14 milhões em 2012” (PRIMI, 2014, p.26).

¹² “O número de estudantes universitários no país passa de 7,03 milhões, que frequentam 2.416 instituições. Porém, este aumento não melhorou o atendimento das necessidades de formação, nem ajudou o governo a atingir a meta estabelecida pela Unesco, de levar a oferta de vagas a pelo menos 30% da população entre 18 e 24 anos até 2020. Os mais de 7 milhões de estudantes representam 17% da população em 'idade universitária' ”(Idem, p.12).

migratórios. Sobre isso, vale observar a criação de algumas universidades federais nas cidades do interior do Nordeste brasileiro¹³

Outro importante aspecto a ser considerado é a formação de uma massa de jovens recém-graduados, em determinadas áreas onde tem sido mais viável a expansão, almejando uma ascensão social, mas com uma inserção precária nas relações de trabalho e na vida social. No caso do Serviço Social, podemos relacionar ao fenômeno caracterizado por Yamamoto (2009) como “exército assistencial de reserva”, um dos impasses que atravessam a profissão e toma um caráter particular no tempo presente¹⁴.

2 Formação profissional em Serviço Social e a particularidade do contexto cearense

O atual quadro de expansão da educação superior, especialmente via ensino privado e à distância, atinge contundentemente a formação profissional em Serviço Social fundamentada no “rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social”, na “adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social”, na articulação entre as dimensões investigativa e interventiva, na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e entre o estágio e a supervisão acadêmica e profissional (ABEPSS, 1996). Tais parâmetros, conjugados ao exercício de uma deontologia respaldada em condutas e em valores ético-políticos como a liberdade, a democracia e o compromisso e articulação com a classe trabalhadora, contrasta com as reconfigurações do Estado, dos processos de trabalho e do padrão “ideológico-científico” vigente que exigem cada vez mais um profissional estereótipo de projetos coletivos.

Essa realidade demanda a reflexão sobre as novas exigências a profissão. Nesse quadro, o levantamento de instituições que possuem o curso de Serviço Social é um aspecto que, dentre outros, podem caracterizar algumas tendências no âmbito da formação profissional em questão. No período entre os anos de 1930 a 2002 foram criadas 123 escolas de Serviço Social no Brasil. Entre 2003 e 2006, foram 129 novos

¹³Aqui fazemos referência a Universidade Federal Rural do Semiárido (2005); Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (2010); Universidade Federal do Cariri (2013); Universidade Federal do Oeste da Bahia (2013); e Universidade Federal do Sul da Bahia (2013).

¹⁴De acordo com o CFESS (2014), atualmente há 149.029 assistentes sociais, inscritos ativos, em exercício no Brasil, configurando no país o 2º maior mercado de trabalho de assistentes sociais no mundo.

curso, sendo 94,6% de natureza privada. Já em agosto e setembro de 2013, foram identificados 586 graduações de Serviço Social, sendo 306 em instituições privadas presenciais, 228 EaD e 58 públicas presenciais. Desse quadro, é na região Nordeste que se encontra a maioria dos cursos à distância (INEP/MEC, 2012).

Assim, quando se analisa o perfil da formação profissional orientado pela ABEPSS e o relaciona aos dilemas atuais na educação superior, principalmente nas instituições privadas e de EaD, percebemos uma grande fragilidade e deficiência na implementação das orientações nacionais, além da dificuldade no acompanhamento e/ou fiscalização por parte da própria ABEPSS, dos CRESS e do MEC, tal como nos indica o documento *Relatório final da pesquisa avaliativa da implementação das diretrizes curriculares do curso de Serviço Social* (ABEPSS, 2008).

Os reflexos da expansão desordenada e precarizada de cursos aligeirados de Serviço Social, com parâmetros de avaliação questionáveis, atingem contundentemente o perfil profissional, podendo intensificar os seguintes aspectos: realização de estágios precários; ausência da vivência política e acadêmica; fragilidade na articulação das dimensões investigativa e interventiva; aumento de desemprego na área; precarização e insegurança no trabalho; despolitização da categoria, dificultando sua organização; rebaixamento da massa crítica que poderá comprometer decisivamente a direção social do projeto profissional.

Em relação a realidade cearense, que possui cerca de 24 instituições oferecendo cursos de Serviço Social, apenas duas graduações na área são presenciais, públicas e gratuitas, ofertadas pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) e pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). As demais são todas implementadas pela iniciativa privada, muitas na modalidade à distância, e criadas a partir de 2005 (CRESS, 2014). Cabe lembrar que a graduação da UECE possui mais de 60 anos de criação e a do IFCE iniciou em 2010¹⁵, como parte de uma tendência de expansão dos IFs que passam de 05 a 29 *campi* em todo o estado do Ceará (MEC, 2014). Isso muito embora tenham sido criadas mais 02 universidades no estado.

Assim como no país, o que predomina na realidade cearense é a implantação de cursos de Serviço Social em IES privadas e não-universitárias. Algumas, inclusive, de

¹⁵ Para mais informações, ver em “Educação superior, formação profissional e 'neodesenvolvimentismo': a realidade do Curso de Serviço Social do IFCE”. Anais XIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 30 de novembro a 04 de dezembro de 2014.

caráter filantrópico e/ou sem o credenciamento do MEC. O próprio CRESS-CE aponta que os dados oficiais da expansão podem ser alterados diante de algumas estratégias encontradas no “mercado da educação” em criar cursos a partir do desmembramento de outras instituições mantenedoras, configurando verdadeiros polos que funcionam como “guarda-chuvas”, abrigando outras tantas instituições e cursos não credenciados junto ao MEC, o que dificulta uma maior fiscalização por parte dos órgãos e entidades responsáveis.

Diante desse quadro, o número de assistentes sociais inscritos no CRESS quase que dobrou nos últimos 6 anos. Em 2013, a quantidade de profissionais formados no estado pela EaD era de 45,5%, já aqueles formados pelo ensino privado presencial correspondia a 40,9%, sendo apenas 11,2% dos inscritos advindos do ensino público presencial. Ampliou-se em mais de 600% o número de bacharéis em Serviço Social com registro profissional no CRESS/CE, advindos principalmente da esfera privada nas modalidades presencial e à distância. Entre os anos de 2008 e 2013 foram inscritos 3.038 assistentes sociais, destes, 938 foram formados em instituições públicas, 874 em instituições privadas presenciais, 1.141 privadas EaD e 85 de instituições não identificadas (CRESS, 2014).

Essas circunstâncias apontam a tendência para um maior número de profissionais formados pela modalidade EaD, o que põe uma grande preocupação ao conjunto da categoria em relação à garantia de materialização e hegemonia do atual Projeto de Formação Profissional, defendido pelas entidades representativas do Serviço Social.

Dessa forma, são inúmeros os impactos que atravessam não apenas a formação profissional, mas todas as dimensões que conformam o Serviço Social como profissão. Sobre isso, um aspecto (re)toma relevância no “senso comum” apresentando forte impacto no exercício e na formação profissional: nos últimos anos a lógica de “desenvolvimento social” e da “assistencialização das políticas sociais”, repõe no cotidiano profissional entraves que implicam, inclusive, na imagem social (ORTIZ, 2010) do Serviço Social construída no processo de “intenção de ruptura” com o conservadorismo. Este tende a associar o profissional a um “agente da assistência, do desenvolvimento e da inclusão social” em detrimento da sua legitimidade na perspectiva dos direitos sociais.

Nesse contexto, o desafio de formar profissionais com capacidade teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, toma renovadas características e

maiores proporções. Compreendê-las e enfrentá-las exige uma permanente articulação entre uma densa e atual leitura da realidade e da profissão, dos seus fundamentos, articulada a capacidade de instrumentalizá-la, a partir também do conhecimento e habilidade operativa e instrumental no âmbito das políticas sociais, e a conformação de estratégias coletivas entre os diversos sujeitos que, inclusive, extrapolam não apenas os muros das universidades e demais instituições como as próprias entidades representativas do Serviço Social.

Caso contrário, serão atualizados equívocos históricos (IAMAMOTO, 2008), tal como o “tecnicismo/pragmatismo”, viés *metodologista* da atuação profissional; e o “teoricismo/academicismo”, expresso por uma postura *fatalista* e influenciado por um certo “neoestruturalismo”, decretando a falência da luta política como mediação na conquista da emancipação humana, pondo, nesta ótica, consequências irreversíveis ao projeto ético-político profissional.

Em outra perspectiva, entendemos que o Serviço Social, no âmbito da formação profissional, vivencia os reflexos de um complexo e contraditório processo caracterizado por um pêndulo entre a ampliação do acesso, oferecendo condições renovadas do ponto de vista da luta política no âmbito da educação, e a precarização do ensino superior, partícipe da trajetória de um país de capitalismo dependente em meio às transformações contemporâneas notadamente atravessadas pela financeirização da economia e reestruturação produtiva.

Considerações Finais

É preciso entender que o movimento histórico, dinâmico e contraditório da realidade é constituído não apenas por determinantes e circunstâncias no âmbito econômico como também por aspectos no plano da política, sobretudo, da correlação de forças sociais travada pelos diversos sujeitos coletivos. Caso contrário, a profissão não teria galgado passos tão importantes, “remando contra a maré” do neoliberalismo, nos anos 1990. E, se formos mais longe, não teríamos avançado tanto na crítica ao conservadorismo, continuamente presente na profissão e na sociedade como um todo, enfrentando as amarras postas ao Serviço Social desde o seu surgimento, mesmo que no sentido da “intenção de ruptura”. Esse processo permitiu, por exemplo, entre avanços e recuos, que o Serviço Social no Brasil tenha reconhecimento intelectual “como

formadores de massa crítica” e venha “se constituindo, também, numa área do conhecimento” (MOTA, 2013, p.18).

Assim, é possível entender os reflexos no Serviço Social do processo que conforma a educação superior hoje, de um lado, como solo propício para a (re)atualização contemporânea do conservadorismo, a exemplo do aligeiramento dos conteúdos e do rebaixamento acadêmico, que tendencialmente implica em um perfil profissional mais pragmático, acrítico e assistencial, apresentando profundas divergências com o Projeto Profissional; de outro, como emergência de novas competências que venham a fortalecer o reconhecimento tanto do Serviço Social como profissão como seu estatuto intelectual, além da possibilidade de construção de novas estratégias coletivas de resistência.

É importante também observar as contradições geradas na própria interiorização das instituições e dos cursos públicos, a exemplo do Curso de Serviço Social do IFCE, que traz tanto a marca da precarização como a possibilidade de incidir sob a dinâmica local e regional, especialmente no âmbito das políticas sociais, da cultura política e dos fluxos migratórios; por outro, a atração de docentes concursados e qualificados (inclusive sob o respaldo da política de qualificação do serviço público) para o interior do estado que, em geral, motivados por condições adversas e precárias de trabalho, deparam-se com a atuação muitas vezes inicial em organizações de cunho sindical, tal como vem sinalizando as características das greves mais recentes no serviço público. Outro aspecto é que a condição pública pode também viabilizar, mesmo diante das adversidades, espaços de debates e de articulação, de formação crítica e qualificada que concebe educação como direito; maior possibilidade de desenvolver pesquisa e extensão em conjunto às ações do ensino; maior condição de permanência de estudantes através da política de assistência estudantil e de contribuição do Serviço Social para com as políticas públicas, através de ações no âmbito do estágio supervisionado como também da extensão e pesquisa.

Nesse sentido, o conjunto CFESS - CRESS, a ABEPSS, a ENESSO e demais entidades representativas existentes (ou que possam vir a se forjar) têm um importante desafio de manter a organicidade da categoria para a defesa de um direcionamento histórico-crítico nos currículos dos cursos, como também na supervisão do exercício profissional. Tal direção perpassa pela relação de reconhecimento e legitimidade das organizações representativas da profissão junto à categoria profissional, que por sua

vez, também vivenciam a “crise de representação” que permeia a sociabilidade contemporânea.

Esse cenário demanda um maior empenho das entidades sindicais e profissionais tanto em construir novas formas de lutas, comunicação e organização como em estabelecer uma articulação efetiva entre as mesmas e às suas respectivas bases na consolidação de iniciativas e construção de bandeiras unitárias, tais como: defesa da educação superior pública; denúncia das condições de trabalho precárias; defesa da previdência pública, combate às terceirizações e ao assédio moral; democratização da educação e das próprias IES; etc. Para tanto, certamente será necessário também fortalecer ações já desenvolvidas pela categoria, a exemplo daquelas contidas no *Plano de lutas em defesa do trabalho e da formação e contra a precarização do ensino superior* (CFESS/CRESS, 2009-2014).

Assim, quiça esse processo diminua o fosso existente entre as intenções de mudança e transformação da sociedade, particularmente da educação, orientadas pelos interesses dos trabalhadores e as condições reais em que as forças sociais operam na sociedade.

Referências

ABEPSS. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996.

BEHRING, E. **Brasil em Contrarreforma**. Desestruturação do Estado e perda de direitos, 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BOITO JR., A. **As bases políticas do neodesenvolvimentismo**. 2012. Disponível em: <<http://eesp.fgv.br/sites/eesp.fgv.br/files/file/Painel%20%20-%20Novo%20Desenv%20BR%20-%20Boito%20-%20Bases%20Pol%20Neodesenv%20-%20PAPER.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2013.

BRASIL. **Lei 11.892**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, 29 de dezembro de 2008.

CRESS. Conselho Regional de Serviço Social. **Boletim do CRESS 3ª Região**. Fortaleza. 2014. Disponível em: <<http://www.calameo.com/read/001289987fe72d3ab8fc1>>. Acesso em: 16 maio 2014.

DAHMER PEREIRA, L. Mercantilização do Ensino Superior, Educação à Distância e Serviço Social. **Revista Temporalis**, Brasília, ano 8 n.15, p. 35-52, 2008.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Estudos e Pesquisas**: balanço das greves em 2012. São Paulo: DIEESE, nº 66, maio de 2013.

FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica, 5.ed. São Paulo: Globo, 2006.

GENTILI, P.; OLIVEIRA, D. A. A procura da igualdade: dez anos de política educacional no Brasil. In: SADER, Emir (org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil**: Lula e Dilma. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v.3.

IAMAMOTO, M. V; CARVALHO, R. de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**. Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 26. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional, 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**: ensaios críticos. 10ª ed. São Paulo. Cortez. 2008.

INEP/MEC. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior**. Ministério da Educação. 2012. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior>>. Acesso em: 12 ago. 2014.

MEC. Ministério da Educação. **Expansão da Educação Superior e Tecnológica e Profissional**. 2013. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/expansao/>>. Acesso em: 23 jun. 2013.

INEP/MEC. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior**. 2010. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior>>. Acesso em: 12 ago. 2013.

MEC. Ministério da Educação. **Painel de Controle do MEC**. 2014. Disponível em: <<http://painel.mec.gov.br/>>. Acesso em: 23 fev. 2014.

MODELLI, L. Acesso ao ensino superior melhora, mas há muito por fazer. **Revista Caros Amigos**, São Paulo, ano XVIII, Edição Especial, n.70, p.21-22, 2014.

MOTA, A. E (Org.). **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia**: crescimento econômico e reprodução da desigualdade. São Paulo: Cortez, 2012.

MOTA, A.E. Serviço Social brasileiro: profissão e área do conhecimento. **Revista Katálysis**, Florianópolis, SC: UFSC, v.16, p. 17-27, 2013.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social**, 16.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ORTIZ, F. G. **O Serviço Social no Brasil**: os fundamentos de sua imagem social e da autoimagem de seus agentes. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

PNUD. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**. ONU, 2013. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/onu-atlas-brasil-2013-mostra-reducao-de-disparidades-entre-norte-e-sul-nas-ultimas-duas-decadas>>. Acesso em: 26 jul. 2014.

POCHMANN, M. **Políticas públicas e situação social na primeira década do século XXI**. In: SADER, Emir (org.). 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

PRIMI, L. Brasil detém recorde mundial de empresas lucrativas de ensino. Cresce a produção científica no Brasil. **Revista Caros Amigos**, São Paulo, ano XVIII, Edição Especial, n.70, p.12-15, p.25-27, 2014.

SAVIANI, D. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

YAZBEK, M. C. **Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social**. In: Serviço Social: direitos e competências profissionais. CFESS. ABEPSS. Brasília. 2009.